



PREFEITURA MUNICIPAL DE

**Salitre**

MUDAR PARA AVANÇAR

Praça São Francisco, S/N  
CEP: 63.155-000 Salitre/Ceará  
Fone: (68) 3537-1201  
www.salitre.ce.gov.br  
salitre@salitre.ce.gov.br



## PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

PARECER: **PROCESSO Nº. 2023.03.21.01**

PROCESSO **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 2023.03.16.01FG**

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DO CANTOR JAPÃOZIN (E BANDA) PARA REALIZAÇÃO DE SHOW EM PRAÇA PÚBLICA, NAS FESTIVIDADES COMEMORATIVAS A FESTA DO TRABALHADOR DO MUNICÍPIO DE SALITRE/CE.**

EMENTA: **OBSERVÂNCIA DA LEI Nº 8.666/93.**

## PARECER JURÍDICO

### 1. DOS FATOS A QUE SE PRESTA CONSULTORIA

Trata-se de análise requerida pela Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Salitre/CE, para contratação de show artístico do cantor JAPÃOZIN, para realização de show no dia 01 de Maio de 2023 em Praça Pública, nas festividades comemorativas da Festa do Trabalhador do município de Salitre/CE, em conformidade com o Projeto Básico, em modalidade de inexigibilidade de licitação.

Oportuno esclarecer que o exame deste órgão de assessoramento jurídico é feito nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, abstraindo-se os aspectos de conveniência e oportunidade da contratação em si.

Nada obstante, recomenda-se que a área responsável atente sempre para o princípio da impessoalidade, que deve nortear as compras e contratações realizadas pela Administração Pública, ainda com mais rigidez em se tratando de contratação direta, exceção à regra da licitação.

É o relatório.

## 2. DA ANÁLISE JURÍDICA.

Ressalta-se que o presente parecer jurídico é meramente opinativo, com o fito de orientar as autoridades competentes na resolução de questões postas em análise de acordo com a documentação apresentada, não sendo, portanto, vinculativo à decisão da autoridade competente que poderá optar pelo acolhimento das presentes razões ou não.

Pois bem, da análise do caso concreto, este versa sobre a possibilidade de contratação de show artístico para programação da Festa do Trabalhador do Município de Salitre/CE, do cantor JAPÃOZIN, por meio de inexigibilidade de licitação.

Nesse sentido, com fulcro na Lei nº 8.666/93, poderá ser inexigível a licitação quando não for passível sob a luz da situação em análise a competição entre os concorrentes, nos termos do art. 25, III do diploma legal.

**Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:**  
**(...)**

III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

No caso em comento, por se tratar de contratação de show cultural e artístico, busca-se no procedimento de inexigibilidade não somente a contratação genérica, mas sim, a singularidade do artista contratado, sendo matéria pacífica nas Cortes de Contas acerca da possibilidade de inexigibilidade na situação apreciada.

Importa salientar que, em inteligência ao art. 26 da Lei Federal nº 8.666/93, há a necessidade de cumprimento de requisitos legais para a realização da contratação por inexigibilidade, conforme transcrição do dispositivo demonstra:

**Art. 26.** As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.

**Parágrafo único.** O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste

artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

(...)

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço.

Nos autos do processo, entende-se que houve o cumprimento dos mesmos, tendo em vista a notoriedade do artista que se pretende contratar, bem como o preço se encontra coadunado com os valores praticados.

Assim, em se tratando das contratações feitas pelo Ente Público, deve-se observar a impessoalidade, a eficiência, a publicidade, a moralidade e a legalidade, de forma a se realizar qualquer contratação em vista de se despender o erário público da forma mais eficiente e que melhor atenda o interesse público, somado a singularidade que são requeridos pela inexigibilidade.

Face a isto, no caso concreto, conforme o apresentado nos autos, a partir da contratação do cantor JAPÃOZIN, para apresentação na Festa do Trabalhador do Município de Salitre/CE, que ocorrerá no dia 01/05/2023, tem-se que o procedimento atendeu aos requisitos legais para sua realização.

Outrossim, constata-se que há a indicação de disponibilidade orçamentária para referida contratação, pelo que, diante de todo o contexto do presente processo administrativo, crê-se na plena legalidade na contratação, observando-se a exigência da idoneidade da contratante, o que se perfaz pela apresentação da documentação constante nos autos.



Não sendo vislumbrado impedimentos para a contratação do cantor JAPÃOZIN, através de sua representante, a empresa **SUA MUSICA DIGITAL SERVIÇOS PARA ARTISTAS, PRODUÇÃO & EDITORA LTDA**, CNPJ 37.253.847/0001-98, localizada na Av. Passos, nº 115/PAV 11, Centro, Rio de Janeiro, no valor de **R\$ 100.000,00 (CEM MIL REAIS)**, ao qual se encontra de acordo com valores do mercado.

Feitas estas premissas, infere-se que o procedimento para realização da contratação, por inexigibilidade de licitação, posto restarem cumpridos os requisitos legais para sua realização.

#### **DA CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela possibilidade da contratação por inexigibilidade de licitação, com fulcro no art. 25, III da Lei Federal nº 8.666/93.

Portanto, não se verificam óbices jurídicos ao prosseguimento do processo licitatório, pelo que assim opina-se pelo prosseguimento do certame.

É o Parecer,  
SMJ.

Salitre/CE, 21 de Março de 2023.

**JOÃO ALLISSON SOUSA LAVOR**  
**PROCURADOR DO MUNICÍPIO DE SALITRE – CE**